

A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO – PNA: “DO DIREITO DE CRITICAR – DO DEVER DE NÃO MENTIR, AO CRITICAR”¹

THE *POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO* – PNA: “THE RIGHT TO CRITICIZE- THE DUTY OF NOT LYING WHEN CRITICIZING”

Juliano Guerra Rocha

Doutor em Educação. Professor da Educação Básica das redes públicas municipal e estadual de Itumbiara/ Goiás
Pesquisador do grupo “História da Alfabetização: Lugares de formação, Cartilhas e Modos de fazer” (UFU)
Atuou como formador do PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa entre 2013-2018
professorjulianoguerra@gmail.com

Marília Villela de Oliveira

Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia
Coordenadora e pesquisadora do grupo “História da Alfabetização: Lugares de formação, Cartilhas e Modos de fazer” (UFU)
Atuou como Coordenadora Geral do Pró-Letramento (2010-2012), e do PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012-2018)
mariliav@hotmail.com

Sônia Maria dos Santos

Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia
Coordenadora e Pesquisadora do grupo “História da Alfabetização: Lugares de formação, Cartilhas e Modos de fazer” (UFU)
soniaufu@gmail.com

“Não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho”.
Paulo Freire

De início, um alerta aos leitores: a leitura da PNA – Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) precisa ser sincrônica aos acontecimentos que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos, especialmente, no campo político. Nos discursos esbravejantes comuns ao atual governo e seus representantes – que utilizam as redes sociais para disseminar suas ideias – há marcas de um projeto explicitamente antidemocrático, quando reiteram a necessidade de rever as bases da educação nacional, apoiando-se em “evidências científicas” e não em “crenças e ideologias”. É necessário, pois, desconfiarmos desses discursos, afinal, o que vemos é a tentativa de apagamento de uma

1 Título de um dos textos do livro: *Política e Educação: ensaios* (FREIRE, 2001).

histórica luta por uma educação popular e plural por uma perspectiva homogeneizadora, que considera *uma* teoria de aprendizagem e *um* método como se esses fossem capazes de “salvar” as crianças do “abismo do analfabetismo”.

Em relação à alfabetização, “as evidências” destacadas são dos campos da Psicologia Cognitiva e da Neurociência Cognitiva, e os seus desdobramentos na denominada “Ciência Cognitiva da Leitura”. Na mensagem de apresentação da PNA, o Secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalim, menciona que essa ciência “apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita”. Acrescenta ainda que, alinhada às ciências cognitivas, a PNA pretende levar para a sala de aula “os achados das ciências cognitivas”, promovendo “práticas de alfabetização mais eficazes” (p. 7). Fazemos uma análise desse discurso. Ao desconsiderar outros campos da ciência na definição de políticas públicas de alfabetização, evidentemente, o discurso se constrói arquetetado na tentativa de disseminar apenas *uma perspectiva* sobre a alfabetização e apenas *uma face* da ciência para subsidiar as propostas de ensino inicial de leitura e escrita nas escolas brasileiras. Desvalorizam-se, dessa forma, importantes estudos do campo da educação e da alfabetização no Brasil e suas “evidências” – para manter o termo utilizado pelo MEC – publicadas em revistas, livros, entre outros meios de difusão do conhecimento científico.

Nesse ponto é importante lembrarmos quem é Carlos Nadalim. Autor do blog “Como Educar seus Filhos”, defensor do método fônico e, declaradamente, contrário às propostas e estudos de Magda Soares e Paulo Freire, sua defesa associa-se mais aos pressupostos teóricos de autores que são citados em seus vídeos e escritos e, óbvio, referenciados na PNA, no grupo de especialistas colaboradores apresentados na folha de ficha catalográfica do documento.

Por si só, essa questão já atesta a polarização da PNA no que tange à teoria que subsidiará o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, e também quanto ao sentido proposto para a alfabetização na escola brasileira. Portanto, esse documento não foi elaborado a partir de um espaço democrático de debates sobre a alfabetização – como afirmam integrantes do MEC – e, sim, sobre a hegemonia de uma compreensão restrita desse fenômeno, considerado, a partir das contribuições da Psicologia, em 6 componentes: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; vocabulário; fluência em leitura oral; compreensão de textos; produção de escrita.

Consideramos que, a partir desses componentes, a proposta da PNA é de parametrização da leitura e da escrita, mensurando a capacidade da criança de ler e escrever em níveis que atestarão a eficácia do ensino. Uma questão, a

nosso ver, um tanto problemática, pois alimenta ainda mais as desigualdades e faz com que a alfabetização na escola, tal como apontou Smolka, se reduza a “um processo, individualista e solitário, que configura um determinado tipo de sujeito” (2008, p. 50). Outrossim, essa questão também incita uma rotulação da criança: das que sabem e das que não sabem; das que são capazes e das que não são capazes, entre outros estigmas.

Dito isto, nos ateremos, a seguir, a refletir sobre dois itens presentes na PNA: o “2.5 Alfabetização de jovens e adultos” e o “2.6 Alfabetização no contexto das modalidades especializadas de educação”.

Considerações acerca do item “2.5 Alfabetização de jovens e adultos” (p. 35)

A princípio é importante assinalar que são anotadas as especificidades do processo de alfabetização de jovens e adultos em apenas uma página da PNA. São necessários alguns aprofundamentos no que foi posto, especialmente quanto à afirmação de que a alfabetização de jovens e adultos acompanha os seis componentes citados anteriormente, a saber: consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; vocabulário; fluência em leitura oral; compreensão de textos; produção de escrita.

A base para alfabetizar jovens e adultos não está na consciência fonêmica e tampouco apenas na compreensão do Sistema de Escrita Alfabética. Esse processo se dá muito mais na interação e nas práticas reais de leitura e escrita, na dimensão discursiva da linguagem, atravessada pela cultura dos alunos, que trazem suas experiências de vida para as salas de aula. A partir daí, são construídos sistematicamente os elementos para se ensinar leitura e escrita aos trabalhadores que, por diversos motivos, não foram alfabetizados.

Contraditoriamente ao que revela a PNA, nossas experiências em classes de alfabetização de jovens e adultos demonstram que as leituras de mundo desses estudantes fornecem muito mais elementos para a leitura e compreensão das palavras escritas do que os esvaziados exercícios de prontidão para o ensino técnico da leitura e escrita. É inegável que “ensinar a ler e a escrever, proporcionar a leitura, para mim tem que ver com a compreensão da substantividade mais profunda da fala da gente, da sintaxe da gente, da estrutura do pensamento. Quer dizer que ensinar a ler e escrever não pode se reduzir a um fenômeno puramente técnico, um aprendizado puramente técnico, porque é um ato cultural, um ato eminentemente político, um ato pedagógico que está repleto de boniteza” (FREIRE, 1987, p. 15).

Considerações acerca do item “2.6 Alfabetização no contexto das modalidades especializadas de educação” (p. 36-37)

Gostaríamos de assinalar o que está expresso na página 37 da PNA ao referir-se à alfabetização dos povos indígenas: “A alfabetização de populações

indígenas, por sua vez, será em língua portuguesa, assegurando a utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem das comunidades”.

Defendemos, diferentemente, o respeito à diversidade linguística dos povos indígenas e a escolha de se comunicarem em suas línguas nativas, tendo a língua portuguesa como segunda língua. A colonização que pretendeu, no século XVI, apagar a cultura e língua dos indígenas brasileiros não pode retornar em pleno século XXI, expressa de forma vil e escancarada numa “Política” de Alfabetização. Embora muitos povos indígenas ensinem a língua portuguesa nas escolas de suas comunidades, por terem uma língua nativa ágrafa, é necessário preservar a diversidade linguística indígena do território brasileiro, valorizando e criando políticas que resguardem o direito de os povos indígenas aprenderem e serem “alfabetizados”² por meio de suas línguas.

Mesmo no trecho da PNA transcrito anteriormente, ao dizer que será assegurada “a utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem das comunidades”, fica nítido que há um discurso de dominação por meio da língua portuguesa, como sendo a majoritária no país, em contraposição às minorias linguísticas. Consideramos que a tentativa é de apagá-las e assujeitá-las às arbitrariedades de uma proposta que desconsidera, em seu âmago, quem são os sujeitos, suas histórias e culturas.

Por fim, “aqueles e aquelas que dão continuidade a toda forma de violência e opressão colonial, [...] podem até ter seus momentos de apogeu na história política e social brasileira, como a situação que vivemos agora, mas não serão eternos”³. Por isso mesmo, o tempo é de resistência e luta! Assim sendo, deixamos registradas as palavras de Paulo Freire escritas nos parágrafos iniciais do texto que inspirou o título dessas nossas reflexões:

O direito de criticar e o dever, ao criticar, de não faltar à verdade para apoiar nossa crítica é um imperativo ético da mais alta importância no processo de aprendizagem de nossa democracia.

É preciso aceitar a crítica séria, fundada, que recebemos, de um lado, como essencial ao avanço da prática e da reflexão teórica, de outro, ao crescimento necessário do sujeito criticado. Daí que, ao sermos criticados, por mais que não nos agrade, se a crítica é correta, fundamentada, feita eticamente, não temos como deixar de aceitá-la, retificando assim nossa posição anterior. Assumir a crítica implica, portanto, reconhecer que ela nos convenceu, parcial ou totalmente, de que estávamos incorrendo em equívoco ou erro

2 No sentido amplo e freireano da palavra.

3 Trecho do discurso da Professora Dra. Nilma Lino Gomes ao receber o título de Professora Emérita da Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 31 de outubro de 2019.

que merecia ser corrigido ou superado. Isto significa termos de aceitar algo óbvio: que nossas análises dos fatos, das coisas, que nossas reflexões, que nossas propostas, que nossa compreensão do mundo, que nossa maneira de pensar, de fazer política, de sentir a boniteza ou a feiura, as injustiças, que nada disso é unanimemente aceito ou recusado. Isto significa, fundamentalmente, reconhecer que é impossível estar no mundo, fazendo coisas, influenciando, intervindo, sem ser criticado (FREIRE, 2001, p. 31).

“Eles passarão, eu passarinho”⁴.

Referências

BRASIL. **PNA – Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

FREIRE, Paulo. **O homem, a leitura e o mundo**. Campinas: Caderno DRE-Campinas, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. São Paulo: Cortez, 2008.

4 Verso de “Poeminho do contra”, de Mário Quintana.